



PARTE B

PROVEDORIA DE JUSTIÇA

Despacho n.º 8667/2018

Nos termos do disposto no artigo 27.º, n.ºs 2 e 3, do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, na sua redação atual, nomeio para exercer funções de coordenação do Mecanismo Nacional de Prevenção, o mestre João Pedro Lopes Costa, com efeitos a 1 de setembro de 2018.

É-lhe atribuída a remuneração líquida de 2.987,25 €, acrescida dos subsídios de férias e de Natal, nos termos legalmente previstos.

Ao abrigo do artigo 7.º, n.º 3, alínea b), do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, autorizo o exercício da atividade de consultadoria, sem carácter de permanência, na área da sua especialidade. Ainda conforme o disposto no artigo 12.º do mesmo diploma, é publicada, em anexo, a respetiva nota curricular.

13 de agosto de 2018. — A Provedora de Justiça, *Maria Lúcia Amaral*.

Nota curricular

João Pedro Lopes Costa, natural de Coimbra (16.12.1988).

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2010).

Pós-graduado em Direito Penal, Económico e Europeu pela mesma Faculdade (2011).

Mestre em Direito na área de ciências jurídico-criminais pela mesma Faculdade (2013).

Master of Philosophy em criminologia pela Universidade de Cambridge, Reino Unido (2014).

Doutorando no Instituto de Criminologia da mesma Universidade (desde janeiro 2018), com investigação centrada em teorias de ciência política aplicadas a prisões.

Assistente convidado na Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (2016-2018).

Envolvido em vários projetos de consultoria na área do conflito e segurança, trabalhando com Ministérios de Negócios Estrangeiros, ONGs e organizações internacionais em projetos em África, no Médio Oriente e na América do Sul (2015-2018).

Assistant Legal Officer no Tribunal Internacional das Nações Unidas para a Antiga Jugoslávia, na Haia, auxiliando a equipa de juizes (2016).

Delegado do Comité Internacional da Cruz Vermelha, cumprindo uma missão na Colômbia (2015).

Outras experiências profissionais incluem um estágio na Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas, em Genebra (2014), e no departamento legal das Nações Unidas, em Nova Iorque (2012-2013).

311627148



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade

Despacho n.º 8668/2018

Considerando que a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) concluiu o procedimento concursal para o cargo de Vice-Presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género em obediência às regras de recrutamento, seleção e provimento dos cargos de direção superior da Administração Pública.

Considerando que, nos termos previstos nos n.ºs 6 e 8 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, republicada em anexo à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e posteriormente alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, e pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, o júri do mencionado procedimento concursal apresentou proposta indicando três candidatos, entre os quais Carlos Miguel Rodrigues Duarte, determino o seguinte:

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, republicada em anexo à Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, e posteriormente alterada pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, e pela Lei n.º 128/2015, de 3 de setembro, e ao abrigo de competência delegada conforme Despacho n.º 10437/2017, de 13 de novembro, da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 231, de 30 de novembro, designo Carlos Miguel Rodrigues Duarte para exercer o cargo de Vice-Presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, cuja nota curricular constitui anexo ao presente despacho.

2 — O presente despacho produz efeitos no dia seguinte ao da sua publicação.

21 de agosto de 2018. — A Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, *Rosa Filomena Brás Lopes Monteiro*.

ANEXO

Nota curricular

Dados pessoais:

Nome — Carlos Miguel Rodrigues Duarte;
Data de nascimento — 1 de novembro de 1970;
Nacionalidade — portuguesa.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, com especialização em Ciências Jurídico-Públicas (1993); pós-graduação em Relações Internacionais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (I.S.C.S.P.) da Universidade Técnica de Lisboa (1995); pós-graduação em Ciências Jurídico-Políticas na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (1999).

Experiência profissional:

Vice-Presidente da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, desde 16 de agosto de 2016, em regime de substituição;

Membro efetivo do Conselho de Administração do Instituto Europeu para a Igualdade de Género, desde 29 de setembro de 2016;

Técnico superior do mapa de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no âmbito de procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 1831/2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 27, de 7 de fevereiro (contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado);

Chefe de Divisão das Políticas Setoriais, na Direção de Serviços das Políticas Internas e Setoriais da Direção-Geral dos Assuntos Europeus, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 5 de março de 2013 a 15 de agosto de 2016;

Chefe de Divisão das Políticas Setoriais, na Direção de Serviços das Políticas Internas e Setoriais da Direção-Geral dos Assuntos Europeus, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em regime de substituição, de 1 de março de 2012 a 4 de março de 2013;

Conselheiro para os Assuntos Sociais na Embaixada de Portugal em Madrid (2009-2012);

Técnico superior na Assessoria Jurídica e de Contencioso do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), de janeiro a julho de 2009;

Membro do Comité de Emprego da União Europeia (2005-2009); Técnico Superior Consultor do Instituto do Emprego e Formação Profissional, em 1 de janeiro de 2007;

Conselheiro Técnico Principal na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (REPER), para as áreas do Emprego, Política Social e Igualdade de Género (2003-2008). No período de 1 de janeiro a 30 de junho de 2007 (Presidência Portuguesa da UE) presidiu ao Grupo das Questões Sociais — Grupo de Trabalho do Conselho de Ministros da União Europeia;

Técnico superior na Assessoria Jurídica e de Contencioso do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), de abril a dezembro de 2002;

Assessor do Ministro do Trabalho e da Solidariedade (2000-2002) para as relações internacionais, tendo representado o Ministério em vários grupos de trabalho;

Técnico Superior Assessor do Instituto do Emprego e Formação Profissional, em 1 de julho de 2000;

Membro da Estrutura de Apoio Técnico para a Presidência Portuguesa do Conselho de Ministros da União Europeia, no Gabinete do Ministro do Trabalho e da Solidariedade (1999-2000);

Técnico superior no Gabinete do Gestor do Programa Operacional «Formação Profissional e Emprego — PESSOA», no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio II (1997-1999);

Técnico superior no Gabinete da Gestora dos Programas de Iniciativa Comunitária «Emprego e Adapt» (1996-1997), no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio II;

Técnico Superior do Instituto do Emprego e Formação Profissional, em 19 de junho de 1995;

Advogado pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados (1995), com inscrição suspensa a seu pedido;

Estágio no Instituto do Emprego e Formação Profissional, no domínio dos apoios do Fundo Social Europeu ao Emprego e à Formação Profissional (1994).

Formação complementar relevante:

Curso de Formação Especializada para Observadores Eleitorais de Curto Termo, no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (I.S.C.S.P.) da Universidade de Lisboa (junho de 2016);

Diploma de Língua Espanhola, nível C1, do Instituto Cervantes (2013).

«A Administração Espanhola e a sua Dimensão Europeia», no Instituto Nacional de Administração de Espanha, em Madrid (28 de março-1 de abril de 2011);

«The Art and Science of Charing a Council Working Party — Meeting Techniques and Negotiation Skills», no Instituto Europeu de Administração Pública de Maastricht, 5-6 de fevereiro de 2007;

Certificado de Aptidão Profissional de Formador, de 18 de maio de 1999, atribuído pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional;

Curso de Contencioso Administrativo e Fiscal, na Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa (18 a 30 de junho de 1998).

Diplôme Supérieur d'Études Françaises Modernes, da Alliance Française de Lisbonne (1993).

311621753

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas

Despacho n.º 8669/2018

Delegação de competências

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e de harmonia com o estabelecido nos n.ºs 2 e 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, delego no chefe do meu gabinete, conselheiro de embaixada Paulo Miguel Guedes Domingues, as competências para, nos termos da legislação em vigor, praticar os seguintes atos:

- Autorizar atos relativos à gestão do pessoal do gabinete ou a ele afeto;
- Autorizar a prática de atos de gestão corrente e de administração ordinária, incluindo os relativos a matérias respeitantes a grupos de trabalho, comissões, serviços ou programas especiais que funcionem na dependência do meu gabinete, bem como para decidir sobre requerimentos e outros documentos;
- Autorizar a inscrição e a participação do pessoal do gabinete, ou a ele afeto, em estágios, congressos, seminários, colóquios, reuniões, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram no território nacional ou no estrangeiro, incluindo o processamento dos correspondentes encargos;
- Aprovar o mapa de férias e autorizar a alteração ou acumulação das mesmas, justificar e injustificar faltas e autorizar o abono do vencimento de exercício perdido por motivo de doença;

e) Autorizar atos relativos à gestão do orçamento do meu gabinete e as necessárias alterações orçamentais que não careçam de intervenção da Ministra de Estado e das Finanças, incluindo a antecipação dos duodécimos e a alteração de rubricas orçamentais que se revelem necessários à sua execução;

f) Autorizar a constituição, a reconstituição, por conta do orçamento do Gabinete, até ao montante máximo de um duodécimo da dotação orçamental, nos termos do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de julho, e a manutenção do fundo de maneio, bem como a realização de despesas por conta do mesmo;

g) Autorizar a atribuição dos abonos ou a realização de despesas com refeições ou ainda outras despesas de representação a que o pessoal do gabinete ou a ele afeto tenha direito, incluindo encargos com o alojamento e a alimentação contra documentos comprovativos das despesas efetuadas;

h) Autorizar a realização de despesas com aquisição e locação de bens e serviços, por conta das dotações orçamentais do gabinete, até ao limite legalmente estabelecido para os titulares de cargos de direção superior de 1.º grau;

i) Autorizar as deslocações em serviço dos membros do gabinete, no território nacional ou no estrangeiro, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento das correspondentes despesas com a deslocação e estada e o abono das correspondentes ajudas de custo;

j) Autorizar a requisição de passaportes de serviço oficial, nos termos dos artigos 30.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 83/2000, de 11 de maio, a favor de individualidades designadas por mim e cuja viagem constitua encargo do Gabinete;

k) Autorizar a requisição de guias de transporte, a utilização de viatura própria por membros do gabinete, por pessoal a ele afeto ou por individualidades que tenham de se deslocar em serviço do gabinete;

l) Autorizar a aplicação do regime legal de ajudas de custo e de despesas de transporte a pessoas que não exerçam funções públicas e que tenham de se deslocar em serviço do gabinete;

m) Autorizar o processamento de despesas cujas faturas, por motivo justificado, deem entrada nos serviços além do prazo regulamentar.

2 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo a adjunta do meu gabinete a licenciada Carla Clementina Ventura Alves Freire, para substituir o chefe de gabinete nas suas ausências e impedimentos.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de setembro de 2018, ficando ratificados todos os atos que, no âmbito dos poderes agora delegados, tenham sido praticados desde essa data.

16 de agosto de 2018. — O Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, *José Luís Pereira Carneiro*.

311616415

Despacho n.º 8670/2018

1 — Ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de chefe do meu Gabinete, o mestre Paulo Miguel Guedes Domingues, Conselheiro de Embaixada, do mapa de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — O Chefe do Gabinete será substituído, nas suas ausências e impedimentos, pela licenciada Carla Clementina Ventura Alves Freire.

3 — Os encargos com a remuneração do designado são assegurados pela Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros e pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do mesmo decreto-lei.

4 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular do designado é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 1 de setembro de 2018.

5 — Publique-se no *Diário da República* e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

16 de agosto de 2018. — O Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, *José Luís Pereira Carneiro*.

ANEXO

Nota curricular

Mestre em Relações Internacionais pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa; antigo técnico superior no Centro de Informação Jacques Delors; antigo Docente na Pós-Graduação em Diplomacia Comercial do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa; aprovado no concurso de admissão aos lugares de adido de embaixada, aberto em dezembro de 1998; adido de embaixada, na Secretaria de Estado, em setembro de 1999; terceiro-secretário de embaixada, em setembro de 2001; adjunto no Gabinete do Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, em outubro de 2003; segundo-secretário de embaixada, em setembro de 2004; na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, em Bruxelas, em setembro de 2005; primeiro-secretário de embaixada, em setembro de 2007; Chefe do Sector Assuntos Políticos, Informação e Imprensa na Delegação da UE em Maputo, em agosto de 2009; Chefe de Divisão da Diplomacia Económica da Direção-Geral dos Assuntos Técnicos